



A resignificação dos termos “cidadania”, “Sociedade civil” e “participação”: uma análise à luz “Da cidadania num universo relacional”¹

The resignification of the terms “citizenship”, “Civil society” and “participation”: an analysis in light of “Citizenship in a relational universe”

Bruna Hamerski ²

DA MATTA, Roberto. *A casa e a Rua: Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1985.

A temática que versa sobre a Participação Popular, sobretudo estabelecendo uma relação com o modelo relacional da sociedade brasileira, tem ganhado grande centralidade nas últimas décadas no Brasil. Em parte, por que os estragos sociais causados pelas políticas neoliberais são cada vez mais evidentes e, neste sentido, a sociedade tem pressionado os governantes por Políticas Públicas mais qualificadas e eficazes. Em parte, pela fragilidade ou inexistência de um Estado de Bem-Estar Social, sobretudo nos países latino-americanos, nos quais o desmonte das Políticas Públicas foi mais fácil e também mais devastador.

Inserido neste contexto, apesar de ser uma obra antiga, publicada originalmente em 1984, a obra de DaMatta mostra-se atual, primeiro, por ser um clássico da antropologia, segundo, pois sabe-se que, no que se refere à temática da Participação Popular, o neoliberalismo ainda é hegemônico neste campo. Igualmente, o discurso neoliberal, repetido incansavelmente, acaba por intimidar qualquer tentativa de pensamento livre. Entretanto, sabe-se que nenhum país subdesenvolvido que tenha seguido a cartilha do Consenso de Washington obteve êxito no sentido de promover Políticas Públicas mais eficazes e universais, tampouco foi possível resolver os problemas de um país marcado pela desigualdade social.

¹ Roberto DaMatta possui graduação e licenciatura em História pela UFF, especialização em Antropologia Social do Museu Nacional da UFRJ, mestrado e doutorado pela Universidade Harvard. Atualmente, é professor da PUC-RIO e da UFF. Investigou o Brasil como sociedade e sistema cultural, por meio do carnaval, do futebol, da música, da comida, da cidadania, da mulher, do jogo do bicho e das categorias de tempo e espaço.

² Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.



DaMatta, ao elaborar a obra *“A casa e a rua”*, teve como fio condutor o desejo de mostrar a realidade brasileira, tendo como contraponto a análise dos Estados Unidos, realizando uma comparação, que tem como enfoque a oposição, o contraste, e não o familiar. Reforça-se a atualidade desta resenha, sobretudo, dado o atual contexto, no qual vivenciamos, de forma devastadora, uma comparação semelhante.

Já em seu título, DaMatta menciona a sociedade tradicional/relacional (a casa) e as leis universais (a rua), concebendo uma sociedade híbrida. Para o autor, analisar esses processos sociais é o centro de nossas preocupações, como cientistas sociais. De outra banda, mais especificamente no capítulo II *“A questão da cidadania num universo relacional”*, que será o foco desta resenha, DaMatta procura discutir o fato de que, se o conceito de cidadania implica a ideia fundamental do indivíduo, mas também um sistema de leis que vale para todos, como essa noção é vivida em sociedade? E ainda, como a ideia de cidadania é entendida no Brasil?

Em vista disso, pretende-se abordar de maneira crítica o capítulo de Roberto DaMatta mencionado no parágrafo anterior, bem como relacioná-lo à temática da Participação Popular, no Brasil, onde houve uma ressignificação do conceito de cidadania, sobretudo a partir da década de 1990.

O texto está estruturado partindo da pergunta que o autor pretende responder, sobre a questão da cidadania num universo relacional, seguido da discussão sobre as repercussões do modelo capitalista. Posteriormente, aborda o exemplo norte-americano, centrado no indivíduo, acompanhado da abordagem do caso brasileiro, que se mostra o oposto. Por fim, o autor aborda mais detalhadamente o caso brasileiro, ressaltando a importância da observação das complexidades sociais, como papel do cientista social.

Por conseguinte, ao longo do texto, o autor faz menções ao modelo americano, que seria o oposto do Brasil, uma vez que o sistema americano é centrado no indivíduo e, em contrapartida, os fatos ocorridos no caso brasileiro se baseiam em relações. Entretanto, com o advento capitalista, o modelo individualizado ganha força no Brasil, o que corrobora com o argumento de que o papel do cidadão e a noção política de cidadania podem ocorrer em sociedades diferentes, mas também num mesmo sistema social.

Inserido nesse contexto, o autor argumenta que o desenvolvimento capitalista contribuiu para uma ressignificação do conceito de cidadania, ocorrendo uma espécie de “revolução individualista”, sendo a sociedade um instrumento da felicidade do indivíduo. Em consequência, o mercado ocasionou uma grande transformação, permitindo a compra de elementos como a terra e a energia. Logo, a ideia de cidadania passou a operar de modo a complementar essa revolução, estabelecendo o indivíduo como o centro do sistema. Em oposição, no caso brasileiro, segundo o autor, a cidadania é definida negativamente, onde a Constituição só serve para as obrigações do cidadão comum (ser comum é ser inferior), pois quem possui relações acaba não utilizando as leis, e sim, utilizando suas relações para “dar a volta por cima”. Desse modo, o ponto central do texto é discutir essa ascensão do modelo capitalista, que culminou numa revolução individualista, em um país que possui um modelo peculiar, baseado em relações. Logo, é interessante observar como se desenvolve um sistema onde a palavra de ordem é a relação, quando relacionado à uma tradição liberal, centrada no indivíduo.

Roberto DaMatta (1985) traz uma abordagem relevante, no que se refere à essa nova concepção de cidadania: o caso brasileiro. Enquanto que nos Estados Unidos, o individualismo é algo

positivo, a comunidade é igualitária, por que é composta de indivíduos e cidadãos, numa sociedade cuja unidade social básica é o indivíduo, no Brasil, o que vemos é uma sociedade baseada em redes de relações, onde o individualismo é algo negativo, se o indivíduo não tem nenhuma ligação com pessoa ou instituição de prestígio, é tratado como um inferior, sendo observado pelas leis.

Ao contrário do modelo norte-americano, onde as sociedades que passaram pela revolução individualista instituíram um código de conduta hegemônico, fundado na ideia de cidadão, as leis no Brasil sempre vieram de cima para baixo, não tendo sido o resultado de lutas locais, tendo, portanto, não somente um código de conduta hegemônico, mas muitos códigos de comportamento operando simultaneamente.

Ao passo que, nos Estados Unidos, é impossível sobreviver sem um cartão de crédito, por exemplo, no Brasil, há milhões vivendo sem conta bancária, número de INSS ou cartão de crédito, mas ninguém existe sem ter uma família e uma rede de laços pessoais imperativos e instrumentais. Assim, interpreta-se que o Brasil constitui uma sociedade com um sistema dotado de múltiplas esferas de ação e significação.

Logo, a partir desta lente, podemos pensar diferentes concepções de cidadania. No caso brasileiro, a palavra cidadão é usada de forma negativa, para marcar posição de desvantagem, para não resolver ou dificultar a resolução de um problema. O cidadão brasileiro é visto como um “igual para baixo”. É a relação que transforma o indivíduo em pessoa. Fora dela, existem as leis, criadas para corrigir os abusos das redes de relações pessoais. É necessário somar a *casa* (sociedade relacional) e a *rua* (leis universais) para entender a totalidade social brasileira. O brasileiro utiliza as relações sociais como instrumento de solução de problemas ao longo de sua vida.

Em se tratando especificamente do texto de DaMatta, trata-se de uma abordagem relevante, do ponto de vista sociológico, no que se refere à nova concepção da cidadania, no contexto da “revolução individualista”, todavia, inserida em um país onde tudo se baseia em relações.

Com efeito, pode-se dizer que a cidadania aqui, conforme o autor também afirma, não pode ser considerada à luz do modelo norte-americano, tampouco de outros países, uma vez que, na prática, tudo que acontece aqui se baseia em relações e não no indivíduo como centro do sistema.

Deveras, os argumentos utilizados por DaMatta, ao longo do texto, vão ao encontro da temática da Participação Popular, haja vista que, sobretudo a partir da década de 1990, houve uma sedutora conexão entre cidadania e mercado, uma integração do indivíduo ao mercado, como consumidor e como produtor, sendo o mercado oferecido como instância substituta para a cidadania (DAGNINO, 2004), sendo este cenário presente nos dias de hoje de maneira profunda.

Tendo em vista estes pressupostos, há uma forte relação da cidadania com o tema da participação e das relações entre Estado e Sociedade Civil, sobretudo no caso brasileiro. Tais modificações, que tiveram seu início fundamentalmente na década de 1990, perderam força com os governos de centro-esquerda. Entretanto, no atual contexto, observa-se uma contra-ofensiva surpreendente, no sentido da retirada do Estado de seu papel de garantidor de direitos.

Por esse motivo, é fundamental, ao observar os processos ocorridos com a “revolução individualista” e as ressignificações dos termos, à menor, perceber que tais acontecimentos e o seu sucesso ou fracasso possui estreita relação com a realidade brasileira.

Por fim, pode-se observar, ao vincular a cidadania num universo relacional, com a temática da Participação Popular, onde a Sociedade Civil é vista, atualmente, como instância para atuar de forma substitutiva ao Estado, que as peculiaridades do modelo brasileiro interferem diretamente em todas as mudanças estabelecidas pelos governantes que venham ao poder, haja vista que a modelagem ao neoliberalismo, indo ao encontro do modelo relacional, estabeleceram um modelo híbrido de sociedade, onde se observa tanto a lógica do consumo quanto as premissas das relações sociais.

Portanto, ao estabelecer a relação da temática da cidadania preconizada por DaMatta com o tema da Participação Popular, é possível notar que os dilemas iniciados anteriormente com a modelagem neoliberal se estendem até os dias atuais, tendo seu foco desviado com os governos de centro-esquerda, mas ganham força com a vitória presidencial de Jair Bolsonaro.

Obviamente, a conexão da cidadania com o mercado em nenhum momento, desde 1990 até os dias atuais, foi suprimida, mas teve altos e baixos, conforme as mudanças de governo. O que esperar para os próximos anos? Sabe-se que o discurso hegemônico neoliberal preconiza, de maneira profunda, esta conexão entre cidadania e mercado. O compromisso que cabe à Sociedade Civil é a fiscalização e o engajamento, através dos diversos canais de Participação Popular, corroborando com o desenvolvimento de uma cultura participativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2019. <https://doi.org/10.11606/d.2.2010.tde-13122010-160747>

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, DF: Presidência da República: MARE, 1995. <https://doi.org/10.24824/978858042996.1>

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2004.

SULINA. **Roberto da Matta**. Porto Alegre: Editora Sulina, [20--]. Disponível em: https://www.editorasulina.com.br/autor_det_2.php?id=289. Acesso em: 01 jun. 2019.

Recebido: 01/09/2019

Aceito: 06/12/2019

Biografia do Autor

Bruna Hamerski

Bruna Hamerski é mestranda em Ciências Sociais pela PUC-RS e graduada em Administração Pública e Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui interesse e experiência em temas como Políticas Públicas, Participação e Teoria Democrática, Integração Regional e seus

impactos para a Administração Pública, Gerencialismo e seus impactos para a Administração Pública, demais temáticas relacionadas à Ciência Política e Sociologia Política. Seu eixo principal de estudo é a Participação Popular na construção das Políticas Públicas e o impacto do gerencialismo na promoção de Políticas Públicas. É pesquisadora no NUPEGEM - Núcleo de Pesquisa em Gestão Municipal: Capacidades Estatais, Federalismo e Administração Municipal para o desenvolvimento da América Latina e no GEDAP - Grupo de Pesquisa em Estado, Democracia e Administração Pública. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-2029-394X>; EMAIL: bruh_hamerski@hotmail.com

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Localização: Av. Ipiranga, 6681 –Partenon – Porto Alegre/RS